

# As Mudanças na Formação Profissional Implicações para a construção do currículo

Mariluci Alves Martino<sup>1</sup>  
Diretora Fatec-Guarulhos [-mariluam@uol.com.br](mailto:mariluam@uol.com.br)

**Resumo:** Este artigo analisa em um primeiro momento, o significado da formação profissional, a luz das transformações oriundas do mundo trabalho e procura discutir as implicações para a construção do currículo. Em seguida, traz a tona a proposta de que é necessário a construção de uma metodologia de definição de demandas de educação profissional, a partir de estudos sobre os cenários do desenvolvimento econômico- social de cada região. Finaliza discutindo a formação profissional, o reordenamento das novas profissões articulando uma reflexão sobre a necessidade das escolas romperem com os modelos tradicionais de oferta de cursos.

**Abstract:** This article analyzes at a first moment, the meaning of professional graduation courses, based on the work market transformation and discusses its implication for curriculum composition. Next it suggests the need for a methodology to define professional graduation demands, based on studies about social and economical development sceneries in different areas. The article finishes with a discussion about professional education relating it with the need for schools to innovate in courses offers.

**Keywords:** formação profissional - currículo - desenvolvimento econômico-social

## Introdução

A educação e a formação profissional, converteram-se em uma das principais preocupações sociais e, ao menos formalmente, em prioridades declaradas das políticas governamentais.

As novas tendências atuais do mundo do trabalho, sugerem novos modelos de gestão, que enfocam a necessidade do aprendizado contínuo e do comprometimento das empresas na busca do aprimoramento de seus recursos humanos. Paulo Freire (1997), já atentava para a necessidade do *aprender a aprender*, enfatizando em seu livro "Pedagogia da Autonomia" "*que para se aprender é preciso que se ensine e para se ensinar é preciso que se aprenda*".

Esse processo apresenta uma série de desafios para a educação profissional, uma vez que valoriza o trabalho qualificado, com características de

---

<sup>1</sup> É Doutora em Educação e Currículo – PUC-SP Trabalha com formação de gestores, exerce a função de Diretora da Faculdade de Tecnologia de Guarulhos.

multifuncionalidade e polivalência, num contexto de mudança altamente dinâmico. A educação passa então a ser uma necessidade para a empresa e um interesse para o trabalhador e para a sociedade, exigindo que se repensem as bases pedagógicas da educação geral e da educação para o trabalho.

Segundo a nova LDB 9.394/96, o Decreto 2208/97 (regulamentador da LDB no tocante à Educação Profissional) a formação profissional deve articular a transição entre a escola e o mundo do trabalho, propiciando habilidades gerais e específicas que presumem um trabalho coordenado da formação geral, que desenvolve competências básicas concomitantemente com a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, dentre outros aspectos referentes à educação formal exigidos pela modernidade.

Os centros de formação profissional estão diante de estabelecer um diálogo entre os atores sociais. Trata-se de algo novo, que requer habilidades para negociação, pois articular a linguagem entre mundos que habitualmente não se falam não é muito simples. São necessárias políticas de mudanças na formação profissional. Isso envolve aproximações sucessivas dos atores envolvidos na transformação dos conteúdos técnicos e das relações sociais do trabalho. Contudo a tentativa de reformular o papel da escola deve partir de uma questão mais ampla de como encarar o propósito da escolarização, como nos fala Giroux:

*As escolas são lugares públicos, onde se aprendem o conhecimento e as habilidades necessárias para viver uma em uma democracia autêntica. Encarar a escolas como uma linguagem política fornece as condições ideológicas e materiais necessárias para a educação dos cidadãos na dinâmica da alfabetização do exercício da democracia (Giroux: 1997).*

Emerge nesse processo um novo perfil e novo conceito de formação profissional que vai além do simples domínio de habilidades motoras e disposição para cumprir ordens, incluindo também ampla formação geral e sólida base tecnológica. Não basta mais que o trabalhador saiba “fazer”, é preciso também “conhecer”, e acima de tudo, saber “aprender”. Nesse sentido será preciso transformar a qualificação profissional num processo permanente, de educação continuada, o que faz supor que devam se estruturar um conjunto de atividades de qualificação, requalificação e atualização profissional, o que exige flexibilidade da empresa que precisa ter políticas de qualificação, exige atitude do trabalhador na busca de maiores conhecimentos, e exige das instituições de ensino possibilidades de manter sistemas abertos e flexíveis de entrada e saída, bem como abertura e flexibilidades nos conteúdos.

### **Um repensar no planejamento institucional e pedagógico**

A qualidade e a efetividade da educação profissional dependem, não só da transmissão de conhecimentos tecnológicos e do domínio do uso de modernos equipamentos, mas – até para a sua otimização – do desenvolvimento de virtudes e qualidades pessoais que desenvolvam a autonomia e a criatividade dos

estudantes. Em qualquer profissão, o nível de eficiência passa pela combinação de conhecimentos específicos com uma cultura básica (códigos de linguagens, matemática, ciências humanas e naturais) que garanta uma maior integração no mundo do trabalho e das relações sociais.

Os tradicionais processos de formação profissional e estratégias institucionais se orientam pela capacidade de oferta, esta capacidade se desenvolve e consolida-se com o tempo e se expressa em sua capacidade instalada em máquinas, equipamentos, materiais didáticos e vinculados ao nível de formação, conhecimentos e atualização de seus docentes; oferecem formação em especialidades e áreas de trabalho que não exista uma demanda certa e cujos conteúdos não coincidam com as rápidas mudanças características dos novos empregos; não permitam o ingresso e atualização dos trabalhadores de acordo com as mudanças em tecnologia e aplicação dos novos conhecimentos que são demandados, e não facilitam o acesso por razões de tempo e capacidade física de responder as rápidas mudanças impostas pelo mundo do trabalho.

Assim, as instituições de ensino, deverão ser capazes de superar o papel preponderantemente transmissor de conhecimentos e habilidades para assumir o de gerador de competências e capacidades *laborais*. Daí a importância da adoção de desenhos curriculares e de alternativas metodológicas inovadoras com dinâmicas que substituam o modelo centrado nas aulas tradicionais. Contudo, quando se observa a forma como as instituições de formação, escolas técnicas ou unidades de educação tecnológica realizam as experiências mais inovadoras, percebe-se que o fazem cada vez mais no âmbito dos processos de trabalho e de inovação tecnológica. Quando o correto seria entender a formação profissional numa perspectiva mais ampla, partindo-se de uma acepção como projeto pedagógico em construção, sendo possível encontrar critérios para fundamentação do campo de estudos da realidade ou do seu terreno epistemológico, uma vez que a organização da aprendizagem faz-se em função de um projeto cultural; o projeto cultural ocorre no contexto de determinadas condições políticas, administrativas, institucionais.

Argumentamos que a reconceptualização de um modelo de formação profissional, pressupõe a construção de uma metodologia de definição das demandas de educação profissional, a partir de estudos sobre os cenários do desenvolvimento social e econômico em cada região. Com isto, quer se apontar para o fato que as instituições de educação profissional, na sua organização, deverão contemplar unidades de pesquisa que se articulem a instituições e/ou pesquisadores de reconhecida competência, para desenvolver estudos que permitam definir com clareza os conteúdos da educação profissional, bem como o seu redirecionamento, sempre que necessário.

A elaboração de um planejamento estratégico que oriente as ações articuladas deverá ser fruto do estabelecimento de cenários, do levantamento de demandas e da prospecção de mercado. Portanto, alguns pontos são significativos para implementação de uma proposta articulada:

- Um sistema de gestão democrática e participativa, constituído por representações de organização social; uma vez que novos espaços do conhecimento exige convergências de atores sociais.
- Criação de Núcleos de Apoio à Pesquisa para estudos de demanda e definições técnicas no que se refere à implantação, a atualização e a extinção de cursos, composto por especialistas de diversos setores das áreas profissionais.
- Interação Social na Aprendizagem, constituído por comitês consultivo, que contribuirá para o estabelecimento de políticas e de diretrizes estratégicas, contando com representações de várias empresas, sindicatos patronais e dos trabalhadores.
- Uma nova visão de aprendizagem baseada no conceito de aprendizagem significativa ou de perspectiva construtivista, o que exige uma interpretação igualmente construtivista da intervenção pedagógica, cuja idéia consiste em criar condições adequadas para que os esquemas de conhecimento, construídos pelos alunos, seja o mais correto.

Empreender essas tarefas significa também entender que a formação não constitui apenas um fator fundamental para o aumento da produtividade e a melhoria das condições de competitividade, mas é também um instrumento essencial das políticas públicas, especialmente daquelas voltadas para os setores mais vulneráveis, como jovens, menores desocupados, trabalhadores em processo de conversão, etc. Esse desafio múltiplo é de tal grandeza que não pode ser abordado com possibilidades razoáveis de êxito por nenhum dos atores isoladamente. O caminho mais adequado parece ser a construção de consensos nacionais que envolvam Estado, trabalhadores e empresários, incorporando a experiência e os recursos das instituições de formação profissional. Isto possibilitaria, ao mesmo tempo, a abertura de espaço para a harmonização de interesses com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

## **A política curricular**

Os estudos no campo do currículo evidenciam que a alteração de semântica e de concepção é um ato de comprometimento e filiação social. O currículo não pode ser entendido à margem do contexto no qual se configura e tampouco independentemente das condições em que se desenvolve, é um objeto social e histórico e sua peculiaridade dentro de um sistema educativo é um importante traço substancial. Assim a política sobre o currículo é um condicionamento da realidade prática da educação que deve ser incorporado ao discurso sobre o currículo, é um campo ordenador decisivo, com repercussões diretas sobre essa prática e sobre o papel e margem de atuação que os professores e os alunos têm na mesma. (Sacristán:2000).

As políticas curriculares são, entretanto, mais que questões acadêmicas, são questões mais amplas que abarcam reflexões entre ideologia e conhecimento

escolar, com vistas na reprodução do capital cultural e econômico. Assim, baseado no enfoque da sociologia do conhecimento e na sociologia crítica, as investigações em currículo passam por examinar a luta para definir a realidade social e interpretar as aspirações e necessidades básicas das pessoas. Portanto, política cultural na educação não abrange apenas as questões relativas a qual capital cultural- e de quem- deve-se transformar em conhecimento oficial, nem trata apenas de quais visões de família, governo, identidade e economia devem prevalecer em nossas instituições e em nossa vida cotidiana. Tudo isto tem grande importância, naturalmente. Todavia, a política cultural também trata, e muito dos recursos que empregamos para questionar as relações existentes, para defender as formas contra-hegemônicas que já existem, ou para dar luz a outras. Dessa forma, tanto para neoliberais quanto para neoconservadores, a tarefa educacional, não é apenas encorajar membros da economia de mercado a pensar em si mesmo como indivíduo, de forma a maximizar seus próprios interesses. Este é um objeto crucial, mas vai mais longe, as pessoas também precisam ser encorajadas a aceitar que é inteiramente apropriado, aí, haver ganhadores e perdedores no sistema.

As considerações gerais sobre a educação profissional indicam a necessidade de construir novas alternativas de organização curricular, comprometidas, de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e, do outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropria desses conhecimentos para aprimorar-se no mundo do trabalho e na prática social.

O conceito de competência profissional amplia a responsabilidade das instituições de ensino na organização dos currículos de Educação Profissional, na medida em que exige a inclusão, entre outros, de novos conteúdos, de novas formas de organização do trabalho, de incorporação dos conhecimentos adquiridos na prática, de metodologias que propiciem o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas novos, comunicar idéias, tomar decisões, ter iniciativa, ser criativo e ter crescente autonomia intelectual, num contexto de respeito às regras de convivência democrática. Contudo a noção de competência, originária do discurso empresarial, não significa uma mudança meramente semântica, mas se inscreve no campo mais vasto de medidas econômicas e políticas implementadas nos últimos vinte anos pelos países capitalistas centrais (Moraes,CS e FERRETI,C-1999).

Se conceitualmente a noção de competência está ancorada em uma concepção construtivista, pela qual se atribui grande ênfase aos esquemas operatórios mentais e domínios cognitivos' superiores na mobilização dos saberes, operacionalmente ela se funda em uma perspectiva funcionalista, ao traduzir as competências nos perfis de competências que descrevem as atividades requeridas pela natureza do trabalho (Deluiz: 2001).

Goodson (1995) nos diz que a fabricação do currículo não é um processo lógico, mas um processo social, no qual convivem lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais menos "nobres" e menos " formais", tais como interesses, rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e controle, propósitos de dominação dirigidos por

fatores ligados à classe, à raça, ao gênero. A fabricação do currículo não é nunca apenas o resultado de propósitos puros de conhecimento. O currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos.

Os projetos curriculares ganham em organicidade, flexibilidade e adequação às atividades produtivas. A normalização nacional será constituída por matrizes construídas por áreas profissionais, e não por cursos ou habilitações, com a descrição das competências e habilidades, a idéia é construir uma ponte entre o mundo real, isto é, o das sociedades modernas em constante transformação, e o mundo da escola, que tem diante de si a tarefa de formar cidadãos, valorizando, sobretudo o saber social, que representa um conjunto de conhecimentos, práticas, valores, habilidades e tradições que possibilitam a construção das sociedades e garantem cuidar da sobrevivência.

Portanto constata-se a necessidade de construir metodologias para definição das demandas de educação profissional, a partir de estudos sobre os cenários do desenvolvimento social e econômico em cada região. Com isto, quer se apontar para o fato que as instituições de educação profissional, na sua organização, deverão contemplar unidades de pesquisas que articulem a instituições e/ou pesquisadores de para desenvolver estudos que permitam definir com clareza os conteúdos da educação profissional, bem como o seu redirecionamento, sempre que necessário.

## **Considerações Finais**

O ensino profissional vê-se questionado porque está em pauta o perfil qualificatório da força de trabalho e da população em geral, quando encontramos também um reordenamento das profissões. Ocorre uma clara desvalorização das profissões tradicionais em todos os níveis de qualificação, com forte impacto sobre os diferentes níveis da pirâmide ocupacional.

A despeito deste aparente consenso, em grande parte a realidade das instituições de formação profissional continua dominada por uma concepção pedagógica tradicional, que atende aos padrões fordistas de produção – geralmente tendo como base única e referência os cargos e ocupações advindas deste modelo. Estes modelos eram adequados ao ambiente em que surgiram e foram reconhecidos por sua excelência até mesmo para os padrões internacionais. Entretanto, as estruturas de ensino que mantém tais formas, são rígidas e seu programa curricular é tradicional no que se refere ao conteúdo, modelos de formação técnica e profissional.

É comum que os currículos escolares sejam organizados em torno de um conjunto de disciplinas nitidamente diferenciadas, ancoradas numa ritualização de procedimentos escolares muitas vezes obsoletos, cujos conteúdos se apoiam numa organização rigidamente estabelecida, desconectada das experiências dos próprios alunos. Esta concepção de formação foi alicerçada numa concepção comportamental, por meio da qual o ensino - aprendizagem das tarefas habilidades deve-se dar numa sequência lógica, objetiva e operacional,

ênfatizando os aspectos técnic-operacionais em detrimento de sua fundamentação mais teórica e abrangente.

Se queremos compreender, criar, ou definir um conceito democrático de educação e formação profissional, devemos ênfatizar como nos fala que as instituições de ensino estão diante das contradições, que oscilam entre dois paradigmas – ensinar conhecimentos ou desenvolver competências - entre uma abordagem “clássica”, que privilegia aulas e temas, manuais e provas, e uma abordagem mais inspirada nas novas pedagogias e nas formações de adultos.

Aqui se encontra um terreno fértil para reflexão crítica capaz de permitir o discernimento da qualidade das intervenções que vêm sendo feitas e, com isso, propiciar o avanço, pois segundo PERRENOUD (1999:16) a realidade nos mostra que:

- “ *A escola continua pensando os aprendizados em termos de conhecimentos por ser o que melhor domina;*
- “ *A escola teme a abordagem por competências por causa dos questionamentos à respeito da transposição, do planejamento, dos contratos didáticos tais como costumam funcionar”*
- “ *É mais fácil avaliar os conhecimentos de um aluno do que suas competências, pois, para aprendê-las, deve-se observá-lo lidando com tarefas complexas, o que exige tempo e abre o caminho à contestação”;*
- *Sempre existem muitos ‘conformistas’ para atacar, em nome da cultura, toda e qualquer tentativa de distanciar-se das pedagogias do saber, a implementação de dispositivos construtores de competências é apresentada como a garantia de uma ‘queda do nível’ ”.*

Assim podemos afirmar que um modelo pedagógico fundado sobre os objetivos e as competências num ensino técnico e tecnológico é resultado de um conjunto de fatores que vão da posição na qual se encontra esse ensino, diante de seus usuários, às convicções e disposições partilhadas por seus agentes. Entre os agentes devemos citar a figura dos educadores, os desafios são muito grandes e os professores diante deles, têm muito pouco a seu favor, uma vez que estão acostumados a um trabalho bem definido.

Na imagem de sua prática os professores não se vêem como agentes alheios às mudanças, pois sempre sabem o que estão fazendo, prepara as suas aulas, segue seu plano, não se deixam desviar ou afastar deste, “seguram” dúvidas dos alunos, dominam as situações e avançam conforme previsto no seu programa, sem precipitação nem pânico. De uma certa forma a comédia do domínio impede os professores de saber o que fazem de verdade e de construir uma imagem realista de suas próprias competências profissionais. Isso os priva de chaves para representarem a natureza, a gênese e a implementação das competências dos alunos. Se os professores acreditam estar agindo em sala de aula essencialmente graças ao saber e a razão, como podem aderir à idéia de

que desenvolver competências não equivale, pura e simplesmente a assimilar conhecimentos?

Por outro lado não podemos esquecer que os professores também são produtos da escola tradicional, e estão arraigados ao modelo de sua formação e poucos percebem que muitos dos problemas que surgem em sala de aula e na escola como um todo, estão em função da própria ação docente diante do conhecimento. É, portanto, então necessário repensar a própria formação do professor.

Diante desse cenário podemos dizer que o ensino profissional, assim como também outras esferas educacionais, estão diante do desafio de introduzirem mudanças de todo tipo, desde alterações estruturais até reformas curriculares que implicam em mudanças na grade curricular, ou mesmo orientações metodológicas diferentes. É o que afirma MORIN (2000), quando diz que é preciso uma reforma no pensamento, pois não se pode reformar a instituição (as estruturas) se anteriormente as mentes não forem reformadas, mas não se pode reformar as mentes se a instituição não for previamente reformada. Então existe uma impossibilidade lógica, pois quem educará os educadores? Faz falta que se auto-eduquem e se eduquem escutando as necessidades que o século clama e das quais os estudantes são portadores.

Trata-se de uma real interpretação dos fenômenos que ocorrem no interior das instituições de ensino, enquanto o mundo exterior se mostra cada vez mais opressor e exigente com as pessoas, a escola – instituição especialmente credenciada para realizar a transmissão e a renovação da cultura – vai ficando defasada, incapaz de acompanhar a evolução, redefinindo as suas funções de forma a responder às novas exigências sociais.

Finalizando, acreditamos que para atender às crescentes necessidades que ocorrem no mundo do trabalho, será preciso transformar a qualificação profissional num processo permanente, de educação continuada, o que faz supor que devam se estruturar um conjunto de atividades de qualificação, requalificação e atualização profissional, o que exige flexibilidade da empresa que precisa ter políticas de qualificação; exige atitude do trabalhador na busca de maiores conhecimentos, e exige das instituições de ensino possibilidades de manter sistemas abertos e flexíveis de entrada e saída, bem como abertura e flexibilidades nos conteúdos<sup>2</sup>.

Sabemos, no entanto que os centros de formação profissional estão diante do desafio de estabelecer um diálogo entre os sujeitos envolvidos, e isso é algo novo, que requer habilidades para negociação, pois articular a linguagem da empresa e a linguagem da escola não é muito simples. Muitas vezes as empresas desconhecem as competências essenciais que cada função deveria possuir. E por sua vez as escolas devem romper com os modelos tradicionais de oferecer cursos a partir do que a instituição tem nas prateleiras, muitas vezes empoeiradas. Portanto acreditamos que não se trata de substituir um modelo por outro, mas de criar condições institucionais para auto-transformação das unidades de formação.

---

<sup>2</sup> Sobre um exemplo concreto de parceria entre centros formação e empresa, sugerimos a leitura de nossa tese de doutorado. A importância das Parcerias na Educação Profissional. Defendida em outubro-2006-PUC-SP.

## Referências

- APPLE, Michael. Ideologia e Currículo.ed. Brasiliense. São Paulo,1982.
- DOWBOR, Ladislau. *A educação frente às novas articulações do conhecimento*. São Paulo, Vozes, 2000. Disponível em: <http://ppbr.com/ld.consulta> em 04/07/2009
- DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho*. Editôra Senac, 2002 –em: <http://ppbr.com/ld>. consulta em 04/07/2009
- EDUCAÇÃO, *Um Tesouro a descobrir*. “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 4.ed.; Brasília, DF:MEC:UNESCO, 2001.
- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico/Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia.Saberes Necessários à Prática Educativa*; São Paulo,: Paz e Terra, 1997.
- GIROUX, Henry A *Os professores como intelectuais, rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre,: Artes Médicas, 1997
- MARTINO, Mariluci A. *O mundo do trabalho e a formação profissional, a difícil adequação*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2001.
- MARTINO, Mariluci A. *A importância das Parcerias na Educação Profissional*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2006
- MORAES, CS e FERRETI, C. (Coords.) *A educação, Trabalho e Formação Profissional*. Texto elaborado a partir de outros trabalhos desenvolvidos ( 1999).
- PERRENOUD, Philippe – *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ARTMED, 1999.
- SACRISTAN, J. Gimeno. *O Currículo. Uma reflexão sobre a prática*. 3.ed. Porto Alegre, Artmed, 2000.
- RAMOS, Marize N. *A pedagogia das Competências. Autonomia ou adaptação?* São Paulo, Cortez, 2001.